| ECONOMIA • PAULO SANDRONI

PROTECIONISMO, DÍVIDA PÚBLICA E RETOMADA DO CRESCIMENTO

O protecionismo do presidente Donald Trump ameaça agravar a crise econômica que assola o mundo e, principalmente, o Brasil.

Lembremos que em 1930, nos Estados Unidos, a Lei Smoot-Hawley, aprovada para evitar o desemprego resultante da crise de 1929, elevou as tarifas médias de importação de 13,5% para 19,5% de mais de 20 mil produtos. Em 3.200 itens, essa majoração alcançou quase 60%. Tentando proteger os empregos domésticos, tal medida contribuiu para que ocorresse exatamente o contrário nos anos seguintes: o comércio exterior norte-americano encolheu mais de 60%. Em protesto, os afetados impuseram barreiras contra os produtos norte-americanos e o desemprego no país saltou de 7,8%, quando a lei foi aprovada, para mais de 25%, em 1933.

Bem, hoje a situação é diferente. A economia estadunidense superou a crise de 2008, o desemprego diminuiu expressivamente e acordos de comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) tornam políticas protecionistas mais difíceis de serem implementadas. Mas o presidente Trump já sinalizou seu solene desprezo por instituições e acordos, especialmente internacionais. Por exemplo, o recente estímulo à produção e ao uso do carvão praticamente tira os Estados Unidos do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas.

Tais políticas protecionistas e isolacionistas podem prejudicar nossa recuperação. Nossos últimos ciclos recessivos começaram a ser superados pela reanimação da indústria, com a retomada das exportações de manufaturados. A prolongada recessão encarregou-se de criar três condições favoráveis a essas vendas: a desvalorização do câmbio, o barateamento da mão de obra e a retração do mercado interno.

Mas tais vantagens podem ser anuladas se os compradores jogarem na retranca do outro lado do balcão. Quem não exporta ou exporta menos fará o mesmo com as importações; a China, por exemplo, maior exportadora de calçados do mundo, é a maior importadora de couro do Brasil.

Infelizmente, também existem outras ameaças para a retomada do crescimento: além de a dívida pública ter alcançado mais de R\$ 3,1 trilhões, um *deficit* extra de aproximadamente R\$ 58 bilhões em 2017 obrigou o governo a ensaiar um aumento de impostos.

No entanto, diante do estrilo dos empresários, preferiu-se cortar despesas. São notícias ruins para os mais pobres, que dependem dos serviços públicos. Escaldados com a proposta de terem de trabalhar mais para se aposentar, percebem que nem os pêsimos serviços ainda brindados estarão garantidos no futuro.

O presidente Michel Temer tirou da cartola duas medidas para agradar a tigrada: o saque das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a transposição das águas do São Francisco. Mas tais ações não “colaram” e, nas pesquisas de opinião, não compensaram as maldades que, aos olhos do povão, ele se especializou em fazer.

O paradoxo é que “sem essas medidas impopulares” o governo corre o risco de perder o apoio dos empresários. A ampliação do repúdio das ruas também pode contaminar sua base de sustentação no Congresso, e, sem as reformas, especialmente a da Previdência, ele passa de útil a estorvo. Como um beija-flor, restaria apoiar-se na própria vibração do autoengano. Mas isso já causou a queda da antecessora.

AMERICA FIRST!
RESTA SABER SE
ALGUÉM VEM
EM SEGUNDO...